



PODER JUDICIÁRIO

147

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



## QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0207159-0

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: NEUZO BARBALHO DE LIRA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

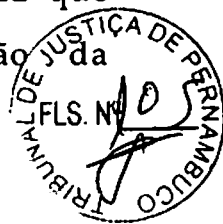
PROCURADORA DE JUSTIÇA: NORMA MENDONÇA GALVÃO

5734

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 302, DA LEI Nº 9.503/97 (HOMICÍDIO CULPOSO). PRELIMINAR DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO. NÃO ACOLHIMENTO. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. A CULPA DO APELANTE NAS MODALIDADES DE IMPRUDÊNCIA E IMPERÍCIA RESTARAM COMPROVADAS NOS AUTOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA *IN TOTUM*. RECURSO IMPROVIDO. UNANIMIDADE.

1. Restou cabalmente comprovado que o apelante agiu com imprudência e imperícia ao realizar a manobra do veículo que culminou com a morte do passageiro que transportava, tendo em vista as circunstâncias do fato e relato do próprio recorrente.

2. A decisão condenatória não merece qualquer reparo, vez que atendidas todas as diretrizes atinentes à aplicação da reprimenda.




148

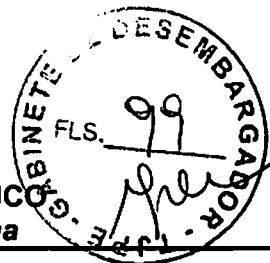
**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 207159-0 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso interposto pelo réu.

Recife, 8 de julho de 2010.

  
Des. Presidente

  
Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima  
Relator



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

149

PROCESSO Nº 0207159-0

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: NEUZO BARBALHO DE LIRA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: NORMA MENDONÇA GALVÃO

**RELATÓRIO**

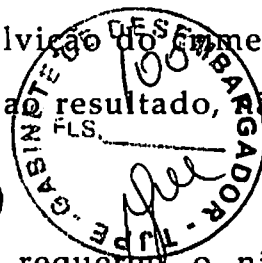
Cuida-se de recurso de apelação interposto em favor de Neuzo Barbalho de Lira contra a sentença de fls. 57/61, prolatada pelo Juízo de Direito da Comarca de Itaíba, o qual julgou procedente a denúncia, com o fim de condenar o ora recorrente à pena restritiva de direitos, além da suspensão da habilitação para conduzir veículo automotor pelo período de 06 (seis) meses pela prática do tipo penal descrito no art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro.

Narra a inicial de fls. 02/04 que no dia 03 de agosto de 2006, por volta das 09:45 horas, no KM 32, da PE 300, o apelante estava conduzindo um veículo, modelo GM/D-10, placa ADS 3018-RJ e, ao tentar fazer uma ultrapassagem 'forçada' por um veículo Besta, perdeu o controle de direção da D-10, vindo a capotar às margens da Rodovia, causando a morte de Manoel Evangelista dos Santos.

O apelante, através de defesa técnica, anexou suas razões do recurso às fls. 65/67. Requer em preliminar a extinção da punibilidade

pela ocorrência da prescrição e no mérito pleiteia a absolvição de ~~se~~ me a ele atribuído, sustentando a tese de que "não deu causa ao resultado, não agindo com negligência, imprudência ou imperícia".

150



O *Parquet*, nas contrarrazões ao apelo, requereu o não provimento da presente apelação, pugnando pela manutenção da decisão condenatória às fls. 73/82.

A douta Procuradoria de Justiça se manifestou, por intermédio do parecer de fls. 93/96, opinando pela improcedência do apelo.

**É O RELATÓRIO.**

Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 19 de ~~abr~~ de 2010.

Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

151

PROCESSO Nº 0207159-0

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: NEUZO BARBALHO DE LIRA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: NORMA MENDONÇA GALVÃO

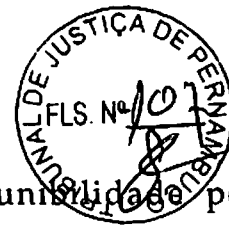
**VOTO**

Trata-se de apelação criminal interposta em favor de Neuzo Barbalho de Lira em face da sentença de fls. 57/61 que o condenou à pena de 02 (dois) anos e 02 (dois) meses de detenção em regime aberto e à suspensão da habilitação de dirigir veículos pelo prazo de 06 (seis) meses pela prática do crime tipificado no art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro. A pena privativa de liberdade foi substituída por duas restritivas de direitos, nos termos do art. 44 do Código Penal.

Nas razões do recurso, a defesa pleiteia, em sede de preliminar, a declaração da prescrição da pretensão punitiva diante do lapso temporal ocorrido entre a data do fato e a prolação da sentença. No mérito, pugna pela absolvição do apelante, tendo em vista a ausência de culpa no evento descrito na denúncia.

Nas contrarrazões, o *parquet* pugna pelo não acolhimento da preliminar de prescrição da pretensão punitiva e provimento do apelo, argumentando que a culpabilidade do recorrente restou amplamente comprovada nos autos.

## PRELIMINAR



No tocante à preliminar de extinção da punibilidade pela prescrição, tenho que não merece ser acolhida. **152**

Ora, levando-se em consideração que o máximo da pena cominada para o caso em apreço é de 04 (quatro) anos, de acordo com a Lei nº 9.503/97, art. 302, o prazo para se operar a prescrição é de 08 (oito) anos, em conformidade com as diretrizes impostas pelo art. 109, IV do Código Penal Brasileiro.

Então, verificados os marcos temporais, quais sejam: a data do fato criminoso (03/09/2006), o recebimento da denúncia (30/05/2007 e a sentença condenatória (03/06/2009), não se observa, pois, que referida prescrição ocorreu, motivo pelo qual **afasto a preliminar arguida.**

## MÉRITO

Com efeito, transparece indene de dúvidas a ocorrência do acidente que causou o evento morte do Sr. Manoel Evangelista dos Santos, bem como a responsabilidade criminal do apelante, razão pela qual a sentença de primeiro grau é mantida.

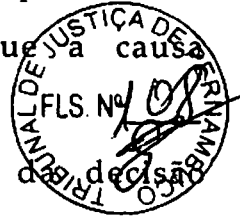
A materialidade do crime restou comprovada pelo Auto de Exame Tanatoscópico encartado às fls. 09, oportunidade em que os peritos atestaram que a vítima faleceu em decorrência de 'traumatismo craneoencefálico com fratura óssea exposta parietotemporal esquerda'.

A autoria delitiva também restou sobejamente demonstrada através da prova oral produzida na instrução criminal e em Juízo, havendo, inclusive, confissão do próprio apelante tanto na fase inquisitorial quanto em Juízo às fls. 13 e 29, respectivamente.

O recurso não prospera, não obstante o esforço da defensora do recorrente, pois a r. sentença hostilizada, com adequada e acertada

fundamentação, após proceder minuciosa análise do contexto probatório, culminou por outorgar a correta tutela jurisdicional que a causa reclamava.

153



Vale transcrever, pois, os seguintes excertos da decisão condenatória, que traz a tônica do caso em comento, *verbis* (fls. 58 e seguintes):

*"(...) ao iniciar uma manobra de ultrapassagem de um veículo (Besta), o acusado, ao adentrar a faixa da esquerda, percebeu duas motos estacionadas praticamente na borda da pista, desviando bruscamente para direita, o que fez com que o carro que dirigia capotasse, causando a morte da vítima que viajava ao seu lado, a qual foi arremessada para fora do veículo.*

*A indagação a ser feita é: com essa manobra que causou a morte da vítima, agiu o réu com culpa?*

*A resposta é no sentido afirmativo.*

*Ora. Antes de iniciar qualquer ultrapassagem, deve o condutor verificar se a pista à sua esquerda está livre, se não há qualquer veículo, para só então ultrapassar com segurança. Na situação em pareço, deixou de adotar as cautelas e medidas de segurança necessárias para efetuar a ultrapassagem.*

*As motocicletas, segundo as palavras do próprio réu, estavam na margem da pista, paradas. Pelo que relata, somente após iniciar a ultrapassagem é que percebeu a presença dos motociclistas, quando o correto seria, antes de iniciar a manobra, verificar as condições de tráfego na faixa oposta. Se, em vez de serem duas motocicletas paradas praticamente na borda da pista fosse um veículo que viesse, mesmo em velocidade permitida, em sentido contrário, as conseqüências poderiam ser mais desastrosas. Verifique-se, ademais, que não foi o caso de veículos que, inesperadamente, adentraram a pista. Nunca é demais repetir, estavam parados, na borda da pista, portanto, a situação era perfeitamente previsível.*

*(...)*

*Agiu, assim, o réu, com culpa nas suas modalidades de imprudência e imperícia.*

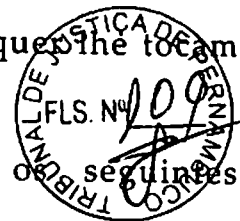
*(...)".*

Ressalte-se, por oportuno, o fato de que o apelado, por trabalhar com transporte de pessoas, tem a obrigação de conduzir o veículo de forma segura, não devendo colocá-lo em situação de risco. *In casu*, ao iniciar manobra de ultrapassagem sem a certeza de que era segura configurou-se a imprudência do apelante.

Restou demonstrada, ainda, a imperícia ao não conseguir manter o veículo em trajetória regular, capotando-o. Todo motorista deve ser capaz de manter o veículo sobre controle, de forma a contornar

as manobras que surjam à sua frente, mormente as que sequer lhe tocam o carro.

154



Sobre o tema, não é demais colacionar os seguintes precedentes:

*"Apelação criminal. Acidente de trânsito. Homicídio culposo. Absolvição. Recurso do órgão ministerial visando à condenação do réu absolvido, ao argumento de restar comprovada sua culpa, na forma de imprudência, no evento danoso. Acusado que pretende cruzar via preferencial e, por ter sua visão encoberta por um caminhão estacionado próximo ao cruzamento, realiza manobra de transposição daquela via, sem tomar as devidas cautelas. Responsabilidade não ilidida. Culpa na conduta do réu, na forma de imprudência, devidamente caracterizada. Condenação decretada. Recurso ministerial provido."*

(TJSC. Apelação Criminal n. 2009.051802-3, Terceira Câmara Criminal. Relator: Des. Roberto Lucas Pacheco. 21/01/2010).

*"Código de trânsito brasileiro (lei n. 9.503/97) - homicídio culposo - acidente de trânsito - pretendida absolvição em face da insuficiência de provas - inacolhimento - apelante que, de forma imprudente, invadiu a contramão de direção numa curva, chocando-se com outro veículo - autoria e materialidade devidamente comprovadas - culpa demonstrada - excesso na aplicação da pena base - ocorrência - impossibilidade de afastamento da suspensão do direito de dirigir veículo automotor - pena cumulativa - recurso parcialmente provido."*

*Age com CULPA, na modalidade de imprudência, o motorista que, em curva, adentra um pouco na mão de direção oposta, provocando acidente, pois é perfeitamente previsível que, agindo deste modo, pode dar causa a um embate (TACRIM-SP - Rel. Canellas de Godoy - RJD 22/272).*

*Omissis.*

*A pena privativa de liberdade, a multa e a suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor são impostas cumulativamente ao infrator (SILVA, José Manoel. Código de Trânsito Brasileiro, Campinas: Bookseller, 1998, p. 252)."*

(TJSC. Apelação Criminal n. 2002.009948-7. Relator Sérgio Roberto Baasch Luz Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal Data: 03/09/2002).

Em relação à dosimetria das penas, a sentença não comporta nenhum reparo ou alteração, pois o MM. Juiz *a quo*, observando o disposto no artigo 59 do Código Penal e sob a sólida fundamentação de que o apelante agiu com imprudência quando "não adotou as cautelas necessárias" e com imperícia quando não contou com a "habilidade necessária para retomar a sua mão de direção sem provocar a tragédia que resultou na morte da vítima", fixou a pena-base para o delito de homicídio culposo na direção de veículo automotor (art. 302 do CTB), no



mínimo legal, ou seja, 2 (dois) anos de detenção, além de suspender a habilitação para condução de veículo automotor por 06 (seis) meses. Nº 110

O Juízo sentenciante, atendendo as diretrizes impostas pelo art. 44 do Código Penal, substituiu a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos, a serem fixadas oportunamente.

Pelo exposto, nega-se provimento ao recurso, preservada a sentença monocrática, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

É COMO VOTO.

155

Recife, 8 de julho de 2010.

  
Gustavo Augusto Rodrigues de Lima  
Relator